

## “AINDA ESTOU AQUI” E O IMPEDIMENTO À MEMÓRIA

Táscia Oliveira Souza (UFJF)<sup>1</sup>

**Resumo:** O impedimento ao luto leva a uma repetição negativa, no sentido da psicanálise freudiana, encarada como um sintoma de algo que está recalçado, algo de que, no fundo, não se quer lembrar, mas cujo esquecimento forjado não é real. Essa memória impedida é o principal tema de “Ainda estou aqui”, de Marcelo Rubens Paiva. Não o desaparecimento de Rubens Paiva, pai do autor; não seu sequestro, tortura e assassinato na sede do Dops, no Rio de Janeiro; não o atestado de óbito sem corpo, muito tardio, ou a descoberta, mais tardia ainda, de que esse mesmo corpo que nunca houve teve, na verdade, os restos atirados ao mar. No livro, a vítima primeira é a memória.

**Palavras-chave:** Memória; Trauma; Luto; Repetição

O impedimento ao cadáver — e, portanto, à memória — não é causa apenas de traumas individuais, mas também coletivos. No plano do indivíduo ou da família, o luto é o rito de renúncia, resignação e reconciliação com a perda. Ele é marcado por uma rememoração repetitiva — nesse caso uma repetição com objetivo positivo — até que a sensação de privação e ruína se exaura, deixando lugar apenas à saudade, ou à nostalgia, como no título do documentário. De forma análoga, no âmbito de uma sociedade, lutos coletivos também estão relacionados à ideia de perda, seja de um território, de uma pátria, de um direito, de um sistema de governo, de uma guerra, de um povo. Em contrapartida, o impedimento ao luto leva a uma repetição negativa, no sentido da psicanálise freudiana, encarada como um sintoma de algo que está recalçado, algo de que, no fundo, não se quer lembrar, mas cujo esquecimento forjado não é real.

Bergson (1990) diferencia dois tipos de memória, a memória-hábito e a memória-recordação. A memória-recordação seria a memória propriamente dita, isto é, a representação, pelo que Bergson chama de imagem-lembrança, do passado no presente; ou, em apenas uma palavra, a percepção. Já a memória-hábito é aquela que se nutre da repetição: aprende-se a falar, a andar, a escovar os dentes, a amarrar os sapatos pela repetição sistemática dessas tarefas, de modo que ninguém precisa se recordar racional e conscientemente de como realizá-las a cada dia. De acordo com Bergson (1990, p. 89), esse tipo de memória não representa o passado, mas o encena. Desse

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras — Estudos Literários (UFJF). Contato: tascia.souza@gmail.com.

modo, sua função não é conservar imagens antigas, mas prolongar sua utilidade no presente.

A repetição como sintoma citado pela psicanálise freudiana seguiria o mesmo princípio, embora não em relação ao efeito útil da lembrança. É como se, na impossibilidade da memória-recordação, da qual a consciência foge pelo fato de não suportá-la, o trauma passasse a ser incorporado ao hábito: a memória dolorosa é reprimida, mas a ferida provocada pelo episódio continua a doer, quer se recuse a lembrar-se dele ou não.

A memória impedida é o principal tema de *Ainda estou aqui*. Não o desaparecimento de Rubens Paiva, pai do autor; não seu sequestro, tortura e assassinato na sede do Dops, no Rio de Janeiro; não o atestado de óbito sem corpo, muito tardio, ou a descoberta, mais tardia ainda, de que esse mesmo corpo que nunca houve teve, na verdade, os restos atirados ao mar. No livro, a vítima primeira parece ser a memória.

É sobre ela, ou sobre esse misto das memórias bergsonianas, primeiro hábito e depois recordação, que Marcelo Rubens Paiva começa a escrever, já no primeiro capítulo, observando o filho ainda bebê:


Já temos memória desde o primeiro dia em que nos deram à luz! Temos lembranças assim que acordamos; lembramos que o mundo é magnífico, sentimos um vazio no estômago, uma fralda pesada, molhada, e lembramos que, se chorarmos, milagrosamente aparece alguém que nos livra do desconforto.

(...) No entanto, não nos lembramos de nada disso anos depois.  
(...)

As primeiras lembranças que guardamos para o resto da vida são as de quando temos três ou quatro anos, e a cada ano que passa virão mais lembranças que serão guardadas, cinco, seis, sete, que se tornam as primeiras lembranças mais fortes que o esquecimento, que serão cobertas por novas experiências, que se acumulam, se acumulam, oito, nove, dez... (PAIVA, 2015, p. 16-7).

O autor parte dessa reflexão sobre as recordações que o filho vai guardar ou não ao longo da vida para chegar no extremo oposto: aquelas que foram se perdendo aos poucos da memória da mãe, Eunice, com a degeneração provocada pelo Alzheimer:

A memória é uma mágica não desvendada. Um truque da vida. Uma memória não se acumula sobre outra, mas ao lado. A memória



recente não é resgatada antes da milésima. Elas se embaralham. Minha mãe, com Alzheimer, não se lembra do que comeu no café da manhã. Minha mãe, com Alzheimer, vê meu filho de um ano, que é a minha cara, e o reconhece. Não acha que sou eu, mas o chama de filhinho, de meu filhinho. E sempre diz:

— É a coisa mais linda.

e às vezes se confunde e diz:

— Ela é a coisinha mais linda.


Pode ser ela, a criança. Pode ser que, por ter tido quatro filhas, todos os bebês se tornem ela. Minha mãe reclama muito quando o levamos embora (PAIVA, 2015, p.18-9).

Mesmo que não haja a lembrança em si, o que Paiva aponta é que há, ao menos ainda, no momento de que fala, um reconhecimento. Eunice reconhece o neto, ainda que não saiba precisar quem ele é. De todo modo, a ligação emocional com o bebê se estabelece, porque os sentimentos não fazem parte do hábito, como o café da manhã do qual ela não se recorda. Trata-se de aspectos distintos da memória: um é aquele que a faz se esquecer do que comeu; outro é o que a leva, se não a identificar, ao menos a sentir prazer com a presença da criança.

A memória não é memória sem reconhecimento; o reconhecimento é a chave de acesso à memória para Bergson. Segundo ele, lembrança e percepção se interpenetram sempre, uma vez que as percepções estão impregnadas de lembranças e uma lembrança só pode ser acessada a partir da percepção. Embora Bergson acredite na existência de lembranças puras, fixadas no cérebro, na matéria, a impossibilidade de se estar consciente de todas elas o tempo todo faz com que elas só sejam acessadas quando um acontecimento ou objeto presente aciona-as, transformando-as em imagens.

Trata-se do esquecimento de reserva de que fala Paul Ricœur (2007, p. 436): esquecemos por ser impossível lembrar tudo todo o tempo, mas as memórias estão ali, numa espécie de arquivo mnemônico, latentes, prontas para serem ativadas e/ou acionadas a depender do estímulo presente. Parafraseando Bergson, o ato concreto que permite reaver lembranças passadas no presente é justamente o reconhecimento.

Todavia, conforme reflete Marcelo Rubens Paiva, o reconhecimento sozinho não basta. Eunice reconhece o neto, mas não sabe dizer quem ele é, não localiza-o ou ao seu nascimento em sua memória:



O renascimento de um fato psicológico passado, seu reconhecimento e localização são as condições necessárias das lembranças. Ou da memória. Elimine um deles, não será lembrança, mas reminiscência. Você olha uma pessoa na rua, pensa reconhecê-la, imagina que já a viu antes, mas não sabe dizer quando nem onde. Há o retorno de um fato passado e o reconhecimento, mas falta a a localização: não há lembrança (PAIVA, 2015, p.17-8).

Processo semelhante pode ocorrer com a memória reprimida de um acontecimento traumático. Numa passagem de *Ainda estou aqui*, Eunice Paiva, já com o Alzheimer avançado, assiste no noticiário recente desdobramentos do caso Rubens Paiva veiculados após apurações da CNV. Ao olhar para a TV, há o reconhecimento — ela murmura “Tadinho, tadinho...” —, embora não a localização da lembrança. É preciso ressaltar, contudo, que, em sentido inverso, a despeito de Eunice, acometida pela demência, provavelmente não saber precisar o *onde* ou o *quando* de sua relação com o homem de quem falam na televisão — havendo um desencontro entre o *lá e então* e o *aqui e agora* —, ela *re-conhece* a dor e compaixão, conhece novamente algo de que parecia ter se esquecido. A dor não é lembrada, mas repetida. E ressentida.

No nível patológico-terapêutico, Ricœur (2007, p. 84) aponta a *memória impedida* como primeira forma de abuso da memória. Essa é uma memória ferida, relacionada à melancolia freudiana advinda de um luto não realizado. Se a lembrança traumática é recalçada, ela passa a ser substituída pela compulsão de repetição.

Em *Ainda estou aqui*, um dos pontos que chama a atenção da narrativa da Marcelo Rubens Paiva é o pragmatismo que ele atribui à mãe, o qual a fez seguir em frente, re-erguer-se após o desaparecimento do marido, acabar de criar os cinco filhos, construir uma carreira própria na advocacia ao mesmo tempo em que mantinha a atuação em defesa da anistia, da redemocratização e, sobretudo, dos esclarecimentos sobre o que acontecera. Por outro lado, tamanho era o senso prático que o autor destaca também a reiteração sistemática, aprendida em casa, de que a demonstração exterior de sofrimento não era admissível: a família de Rubens Paiva — ou melhor, de Eunice Paiva — não chora.

Há uma passagem em particular que evidencia isso. Logo após a desapareção de Rubens Paiva e antes de a censura acirrar-se ainda mais, a revista Manchete, em que

saíam retratadas as principais celebridades do momento, dispõe-se a fazer uma reportagem com a família do ex-deputado:


Vesti minha calça mais chique. Estávamos todos chiques, com roupa de domingo. Sorriamos. Não parávamos de sorrir. A ironia era imensa: apareceríamos justamente na mais bonita e glamorosa de todas as revistas. (...)

Nos empurrávamos e ríamos. Minha mãe de cabelo armado. Passara laquê para aquela foto, certamente. Tinha colares. Magérrima e ainda queimada de sol de Búzios. Nós cinco, da mais nova, Babi, dez anos, à mais velha, Veroca, dezesseis. Queimados, verão, incrédulos. Babi gargalhava. Saiu na foto de olhos fechados. Só Veroca não sorria. Veroca sabia de mais coisas do que nós (PAIVA, 2015, p. 151-2).

A inocência das crianças contrasta, e ao mesmo se harmoniza, com a força que a mãe tenta demonstrar:

O fotógrafo reclamava: fiquem mais sérios, mais triste, mais infelizes. Não conseguimos. Ou não queríamos. A irreverência sempre nos inspirou. Observo a foto hoje e vejo nos olhos da minha mãe: quem você pensa que é, para nos fazer infelizes? Nos indignamos. Não é a imprensa que nos pauta, nós a pautamos (PAIVA, 2015, p. 152).

A postura ativa de Eunice Paiva pode ser interpretada como um sinal sua resistência. Aliás, de toda a família, já que os próprios meninos, mesmo sem ter a total dimensão do que ocorria, resistem ao comando do fotógrafo. Até Vera, que o irmão afirma ter saído sem sorrir na foto, porque, aos dezesseis anos, tinha mais maturidade e mais informações, tampouco chora, contrariando o que o profissional da revista esperaria. Entretanto, é possível observar nessa resistência mais de um sentido, assim como possui o próprio termo. Segundo o dicionário Houaiss (2008, p. 649-50), resistência pode ser, entre outras definições, a “qualidade de quem demonstra firmeza”, ou “vigor moral, determinação”, ou ainda “reação a uma força opressora”. Tudo isso descreve a família e, em especial, a mulher sem notícias do marido e recém-saída da prisão que, não sem razão, quer deixar claro que não se abateu. Por extensão, esse substantivo também significa “recusa à submissão, oposição, reação”, bem como “defesa contra um ataque”, que tanto se encaixam na mesma demonstração externa de




disposição a não sucumbir a uma ameaça quanto num movimento interior, íntimo, de não aceitação e não entrega àquilo que provoca aflição — no caso, a falta de notícias de Rubens Paiva. Isso porque o verbo resistir, na definição do mesmo dicionário, é “lutar contra” (PAIVA, 2015, p. 650), sendo que essa luta pode ser empreendida tanto contra uma ofensa ou um ataque — o das forças da repressão — quanto contra um impulso — o do sofrimento provocado pelo trauma.

É claro que, neste momento específico da foto, não se trata de uma resistência à lembrança, como postulou Freud, porque a prisão de Rubens Paiva era recente e nem Eunice nem seus filhos tinham o real alcance da gravidade da situação ou a ciência concreta de seu desaparecimento. Entretanto, essa é uma postura que, conforme se depreende da narrativa de Paiva, a mãe mantém por décadas, que *repete* por décadas — até que, décadas depois, de posse do atestado de óbito do marido, ela chora de um modo que o escritor descreve como o rompimento de uma represa.

Nos dois níveis, individual e coletivo, se o luto não se realiza e se as lembranças são recalçadas, seja por serem dolorosas, seja por não interessarem ao poder dominante, abrem-se feridas na memória. Ricœur questiona até que ponto é legítimo transpor os conceitos de Freud de luto e melancolia para os planos da memória coletiva e da história. E é ele mesmo quem responde:

É a constituição bipolar da identidade pessoal e da identidade comunitária que, em última instância, justifica estender a análise freudiana do luto ao traumatismo da identidade coletiva. Pode-se falar de traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva, não apenas num sentido analógico, mas nos termos de uma análise direta. A noção de objeto perdido encontra uma aplicação direta nas ‘perdas’ que afetam igualmente o poder, o território, as populações que constituem a substância de um Estado. As condutas de luto, por se desenvolverem a partir da expressão da aflição até a completa reconciliação com o objeto perdido, são logo ilustradas pelas grandes celebrações funerárias em torno das quais um povo inteiro se reúne. Nesse aspecto, pode-se dizer que os comportamentos de luto constituem um exemplo privilegiado de relações cruzadas entre a expressão privada e a expressão pública. É assim que nosso conceito de memória histórica enferma encontra uma justificativa *a posteriori* nessa estrutura bipolar dos comportamentos de luto (RICŒUR, 2007, p.92).



Acontece que tais feridas, individuais e coletivas, às vezes se opõem e às vezes se excluem. No caso brasileiro, ainda não houve, até os dias de hoje, mesmo após a CNV, uma consciência concreta da necessidade de um expurgo coletivo das mortes das vítimas da ditadura. Esse recalque social é provocado pelo fato de que, a despeito de os crimes do governo civil-militar já terem sido incorporados ao estudo da história, enfatizando que o período foi marcado pela censura e pela perseguição política, não houve, mesmo após a redemocratização, a construção de uma memória desse regime e de seus impactos na sociedade. Ou, se houve, em vez de impedida, essa memória foi manipulada ao ponto de fazer sobreviver, mais de cinco décadas após o golpe de 1964, certo discurso que exalta as Forças Armadas por terem supostamente tentado livrar o Brasil dos comunistas.

Conforme Ricœur (2007, p. 93), no âmbito da coletividade, a reiteração de discursos como esse se encaixa na memória-hábito, uma memória-repetição, e não no trabalho de rememoração essencial ao trabalho de luto proposto por Freud, que seria a memória propriamente dita de Bergson. De um lado, há, na sociedade brasileira — bem como em outras sociedades que passaram por eventos traumáticos não superados e/ou re-elaborados — aqueles que se perdem nessas lembranças, ao passo que, de outro, existem os que se recusam a lembrar por temer serem engolidos por elas. Em ambos os casos, como aponta Ricœur, o déficit de memória implica também um déficit de crítica. De todo modo, a ausência de uma compreensão e lamento coletivos, no Brasil, acaba por potencializar tanto uma violência político-social, praticada pelos que pregam novas intervenções militares, quanto a melancolia das famílias das vítimas, elas mesmas vitimadas pela falta de informação sobre o destino de seus parentes.

O segundo abuso de memória de Ricœur é a *memória manipulada*. Para ele, a fragilidade da memória e a possibilidade de manipulação têm a ver com uma problemática de identidade. A identidade seria frágil por três questões: a relação difícil com o tempo; o confronto com o outro; e a herança violenta da sociedade. A primeira dificulta a percepção do passado, a avaliação do presente e a projeção do futuro. A segunda faz com que se enxergue o outro como ameaça — seja ele de outra etnia, de outra classe social, de outra posição política etc. —, de modo que, em última instância,

busca-se sua eliminação. Já a terceira tem a ver com a celebração dos atos fundadores da sociedade, que, na maioria das vezes, são atos de extrema violência.

Em *Ainda estou aqui* (2015, p. 145-6), Marcelo Rubens Paiva conta que a farsa montada sobre seu pai consistiu na afirmação de que ele tinha fugido. Jornais como *O Globo*, *O Jornal*, *O Dia* e *Tribuna da Imprensa* deram manchetes do caso, dizendo que um prisioneiro de nome *Rubens Seixas*, havia sido resgatado pelos *terroristas*. Apenas no dia 25 de janeiro, o jornalista, Hélio Fernandes, amigo do ex-deputado, publicou uma nota com o linguajar permitido pela censura, mas com o sobrenome verdadeiro, a fim de avisar que o homem de que falavam era Rubens Paiva. Já no dia 4 de fevereiro, a irmã mais velha do político foi até se sede do DOI-Codi levar roupas e medicamentos para ele, mas a informaram de que ele não estava detido lá. Apesar disso, o carro, o Opel que ele saíra de casa dirigindo no dia 20 de janeiro, ainda estava no pátio e foi até devolvido à família. O recibo assinado por Renée Paiva também está entre os documentos incluídos no relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo — Comissão Rubens Paiva<sup>2</sup>, bem como a cópia da matéria da *Tribuna de Imprensa*<sup>3</sup>.

A versão oficial, datada de 11 de fevereiro de 1971 e assinada pelo major Ney Mendes, após encerrada a sindicância instaurada dentro do DOI, é reproduzida por Paiva no livro:

Pelas diligências e investigações por mim procedidas, constatei a veracidade das afirmativas dos agentes de segurança, corroborada com o laudo de exame pericial procedido no local e na viatura incendiada, perícia esta no 1º BPE. verifica-se, pois, que os agentes de segurança não praticaram qualquer ato que merecesse reprovação. Pelo contrário, usaram dos todos os recursos legais de que dispunham para evitar a consumação do evento, por parte dos elementos desconhecidos, possivelmente terroristas. Não houve em qualquer hipótese algum indício de responsabilidade a apurar-se por parte dos agentes de segurança. Pelo contrário, demonstraram iniciativa, coragem e um elevado grau de instrução em face da surpresa e superioridade dos elementos desconhecidos. Na refrega, houve a evasão do sr. Rubens Beyrodt Paiva para local ignorado, não sabendo as autoridades de segurança o seu paradeiro, de vez que a preocupação dos referidos agentes de segurança era de se defender e também o seu

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://cevsp.mezclador.com.br/upload/019%20-%20Recibo%20de%20entrega%20automovel.PDF>>.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://cevsp.mezclador.com.br/upload/027%20-%20Copia%20Tribuna%20da%20Imprensa.pdf>>.




acompanhante, cujas consequências foram a queima do carro e a interrupção das diligências que estavam se processando [...] (PAIVA, 2015, p. 154-5).

O parecer do major, que se encerra pedindo o arquivamento da sindicância, faz, na verdade, uma sinopse do enredo encenado pelo DOI-Codi no caso, opondo mocinhos — os agentes de segurança — contra os vilões — os “elementos desconhecidos, possivelmente terroristas” — e culminando num desfecho cinematográfico: o carro incendiado e a “evasão do sr. Rubens Beyrodt Paiva”. Ao optar por reproduzi-lo, é como se Marcelo Rubens Paiva, buscando dar ênfase ao aspecto ridículo do documento, farsesco por excelência, tentasse colocar sua denúncia — marca de boa parte da obra — na boca das próprias forças da repressão, partindo do pressuposto que, diante de tudo o que está revelado mais de quatro décadas depois, a mentira é, hoje, explícita por si só.

A questão é que as fraudes dos informantes não eram tão explícitas assim no calor dos acontecimentos e, por isso, embrenhavam a mãe afoita por notícias:

Minha mãe passou a frequentar Brasília. Na teoria, aquele regime tinha ainda um braço de civilidade, o Congresso, e organizações da sociedade civil. Houve denúncia na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Houve denúncia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, surpreendeu e disse que meu pai logo seria solto. Um coronel pediu dinheiro para meu avô Paiva para acelerar a soltura. Oficiais diziam que ele estava preso em Fernando de Noronha. Numa base no Xingu. Tudo mentira. Todos sabiam que era mentira. Menos a minha mãe, que queria acreditar que ele estava vivo, que precisava acreditar, e conheceu senadores que não serviam para nada, deputados que não legislavam, um poder corroído pelo autoritarismo, corrompido até a alma, juízes que não julgavam, tribunais que mentiam, um poder de fachada, uma mentira para dar legitimidade a uma ditadura e a milicos que mandavam e desmandavam e metiam medo, lia uma imprensa vaga, sob censura ou, pior, condescendente, via uma TV que se omitia, acovardava-se (PAIVA, 2015, p. 157-8).

Esse trecho é revelador. De tentativa de extorsão à censura — ou, mais grave ainda, como salienta o próprio autor, à conivência da mídia —, fica claro como o aparato militar era também amparado por instituições e organizações civis, as quais ajudavam a dar sustentáculo às mentiras. Além disso, pode-se dizer que, no afã de dar legitimidade e sustentabilidade ao regime, manipulavam-se não somente dados e/ou



fatos, mas também os sentimentos dos familiares dos desaparecidos políticos. Não se tratava apenas de sonegação de informações, tampouco a tática era apenas ocultar, mas deliberadamente confundir.


Paiva era um político conhecido, havia sido deputado, seu nome não batiza apenas uma rua, mas várias, em mais de uma cidade; até a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo levou seu nome. Em 2014, nos cinquenta anos do golpe de 1964, o discurso proferido por ele na Rádio Nacional naquele ano, conclamando à resistência, ganhou as redes sociais. Isso se repetiu em 2016, motivado pela comparação entre a destituição de João Goulart e o impeachment de Dilma Rousseff.

No YouTube, há vários compartilhamentos de sua fala, o mais assistido com milhares de visualizações desde 21 de março de 2014. Os comentários são polarizados. Em abril de 2016, um internauta escreveu: “Se o povo não tivesse sido tão covarde naquela época muitas das arbitrariedades praticadas durante a ditadura teriam sido evitadas. Esse discurso parece tão atual...”. Em novembro do mesmo ano, respondeu outro: “Covarde? O povo simplesmente foi CONTRA a ideologia comunista, com passeata e tudo... Não distorça a história, por favor”. Também em abril, outra internauta postou: “Nossa emocionada <3 Parece que ele está falando sobre hj. Morreu defendendo seus ideais. Um exemplo de Político, Pai, Cidadão. Eu o admiro muito. Para sempre, Rubens Paiva”. Mas, dois anos antes, havia sido escrito: “Discurso Marxista e comunista. Gostaria mesmo de saber a ‘verdade’ sobre a morte deste deputado. Não a verdade ‘parcial’ dada pela Comissão [Nacional da Verdade], mas uma investigação de fato”. Há outros, para os dois lados<sup>4</sup>.

Essa polarização está relacionada ao esquecimento coletivo, que, por sua vez, também guarda relação com a manipulação. Marcelo Rubens Paiva considera que a farsa estava armada desde o golpe. Em *Ainda estou aqui*, ele aponta o pavor anticomunista como uma das maiores estratégias de propaganda a favor do golpe de 1964 e do regime autoritário que se instalou a partir de então.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=YdWGPqEwd\\_k&lc=z13icvjh1srgtdahd04citbahxeesfkor2c](https://www.youtube.com/watch?v=YdWGPqEwd_k&lc=z13icvjh1srgtdahd04citbahxeesfkor2c)>.



Todo mundo que era contra a ditadura era comunista. Todos se tornaram suspeitos, subversivos, em potencial. O comunista estava na fronteira, atrás da porta, na sombra, na igreja, na escola, no cinema, no teatro, na música, no Exército, o comunista vendia pipoca, estava disfarçado em balés, óperas, podia ser seu vizinho, podia estar debaixo da sua cama, poluir o reservatório de água, dopar os bebedouros. Os comunistas tomariam o poder. Até os não comunistas eram comunistas disfarçados, foram doutrinados, sofreram lavagem cerebral. Muitos que, em 1964, conspiraram com os militares, na missão de impedir que os comunistas tomassem o poder e o Brasil se transformasse numa diabólica ditadura do proletariado, perceberam a manobra e foram acusados pelos anticomunistas de ligações com comunistas (PAIVA, 2015, p. 90).

Com uma linguagem irônica, o autor sintetiza o clima de terror que antecedeu e serviu de justificativa ao golpe de 1964 e, como antecipa nesse fragmento, inclusive apoiadores do golpe, anticomunistas implacáveis, não foram poupados pelo regime ditatorial poucos anos depois.

A memória é um passo importante para a consciência e tanto esquecimento quanto a manipulação da lembrança são instrumentos que podem ser usados para a manutenção de uma ordem estabelecida. Em sentido inverso, a ruptura com o poder dominante pode se dar a partir do desenvolvimento da capacidade de memória. No entanto, no Brasil, o processo de redemocratização brasileiro não foi acompanhado de um trabalho de memória, mas, ao contrário, de apagamento. Como um mal de Alzheimer coletivo.

### **Referências bibliográficas**

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manuel de Mello. *Míni Houaiss: Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.